

## Ainda há luz no setor elétrico

GONÇALVES JR., Orestes. "Ainda há luz no setor elétrico". *Valor Econômico*. São Paulo, 6 de dezembro de 2016.

O sistema elétrico brasileiro esgotou seu modelo após a desastrosa publicação da MP 579, que permitiu vencimento antecipado das concessões das geradoras com valor dos ativos abaixo dos precificados pelo mercado, o que reduziu o preço da energia em torno de 20% justamente no período em que o país entrava na principal seca e estiagem de sua história.

Sem chuvas e com atrasos significativos nas obras de transmissão e a falência da Abengoa, o resultado foi apenas e tão somente um: falta de energia. Só não ocorreu racionamento porque houve uma brutal queda do crescimento econômico, seguido de um tarifaço no início de 2015, após as eleições presidenciais.

A política intervencionista praticada pelos governos anteriores - e agravada após a MP 579 - praticamente quebrou a Eletrobras e deixou as empresas privadas em situação muito delicada financeiramente, ocasionando assim a maior judicialização que este setor já passou, com valores bilionários em discussão.

Há um risco para 2018 de falta de energia se a economia retomar seu crescimento a partir do próximo ano, principalmente com otimismo dos empresários e investidores com a aprovação da PEC 241. No caso do setor elétrico, ainda é preciso retomar a confiança para que o país entre num ciclo positivista, com novos investimentos em geração, transmissão e distribuição, abalados em função da insegurança criada.

Construir um plano estratégico e de longo prazo é fundamental para o país, com privatizações, que praticamente zera risco de intervenção governamental, leilões regionais para o investimento novo e definição dos papéis das instituições que ficaram públicas, como a EPE, a ONS, a Aneel e a empresa de economia mista CCEE.

Outro ponto a ser considerado pelos operadores do setor elétrico é a gestão eficiente do recurso hídrico. O lago de Sobradinho, por exemplo, está com 7,9% do volume de água (20 de outubro de 2016) e com tendência até o final do ano de entrar em volume morto, com impacto direto na agricultura, que perde capacidade de irrigação e provoca reflexo direto na economia local. Também impacta no saneamento básico, com muitos municípios sem água suficiente para consumo humano, tendo de ser supridos até por carros-pipas, além da consequência na geração de energia, com tendência de elevação do preço para as indústrias e grandes consumidores da região, que têm de contar com o suprimento de geração a óleo.

Recente nota técnica da ONS indica que a seca que atinge a bacia do São Francisco levará o rio e as usinas hidrelétricas ao colapso. A bandeira amarela implantada com elevação na tarifa de energia e com acionamento das térmicas representa consumir uma energia a um custo de aproximadamente de R\$ 800 por MW/h e poluir a atmosfera com 860 gramas de dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>) para cada 1.000 kW/h com a fonte de óleo.

Como efeito, a EPE cancelou a participação para o próximo leilão de energia no mercado regulado de 7 GW de usinas eólicas e solares cadastradas da região Nordeste, retirando esta fonte para suprir energia durante esta seca, em função da quebra da Abengoa, que não implantou os projetos de transmissão na região.

A Usina de Serra da Mesa também passa por uma seca muito severa, com apenas 9% do volume de água do reservatório e com reflexo direto na hidrelétrica de Tucuruí. Os Estados de Goiás e Tocantins passam a ter reflexos econômicos tanto na agricultura como na indústria.

A estiagem e pouca chuva nas bacias mencionadas têm secado os reservatórios e interrompido a geração hidroelétrica com muitos impactos na região. Regular o uso da água tornou-se prioritário. Uma das alternativas é implantar emergencialmente a geração híbrida nas hidrelétricas (solar com hídrica em uma única infraestrutura), para despachar energia solar durante o dia, utilizando-se da subestação e linha de transmissão existentes, e fazer a gestão da água, priorizando a agricultura e o consumo humano. A geração solar flutuante injetará energia no sistema elétrico no curto prazo, pois ocupa área impactada já antropizada, com efeitos ambientais neutros.

A ideia é adotar o modelo geração híbrida com leilões regionais, com duas fontes geradoras operando em uma única infraestrutura, como eólica com solar ou hídrica com solar. A medida garantiria maior segurança energética e reduziria a necessidade de suprir a região com geração a óleo, mais cara e altamente poluidora.

A geração solar flutuante é utilizada em larga escala no mundo, com mais de 80 MW instalados e plantas espalhadas em diversos países, entre os quais o Japão e a Inglaterra, que se destacam na utilização desta fonte.

De qualquer forma, os players do setor esperam medidas de estímulo ao investimento no Brasil. Uma delas seria a privatização das empresas estatais, o que indicaria o fim do intervencionismo, como ocorreu com a telefonia.

Outra medida importante é a retomada dos leilões de energia híbrida regional, para atender as necessidades locais e com a definitiva inclusão de fontes renováveis, que deveriam representar no mínimo 30% da matriz energética brasileira nos próximos 5 anos.

O potencial de investimentos na bacia do rio São Francisco é R\$ 5,5 bilhões ao ano em energia solar flutuante. A instalação de 1.000 megawatts (MW) da fonte fotovoltaica no espelho d'água poderia, ao mesmo tempo, regular o uso do recurso hídrico e gerar aproximadamente 80 mil empregos diretos e indiretos na região.

Trata-se, no fundo, de políticas fundamentais de estímulo à cadeia produtiva do segmento de geração solar, para de fato instalar a indústria fotovoltaica no Brasil. Este equilíbrio de fontes geradoras reduz os riscos de impactos da natureza com a seca e a estiagem, mantém um custo competitivo e respeita os compromissos firmados na CoP-21.

**Orestes Gonçalves Jr. é economista com mais de 35 anos de atuação no setor elétrico brasileiro.**